



Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

Barueri, 1 de setembro de 2025

PARECER JURÍDICO

059/2025



De: Procuradoria Jurídica.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 047/2025.

Autoria: ANTONIVALDO RIOS GOMES.

Dispõe sobre:

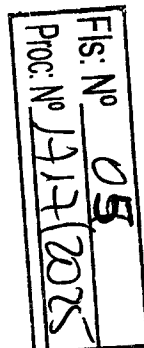
“INSTITUI O PROGRAMA MÃE DE PRIMEIRA VIAGEM, ASSEGURANDO ÀS GESTANTES E SEUS ACOMPANHANTES O ACESSO A CONSULTA COM PEDIATRA E ORIENTAÇÕES PRÉVIAS ANTES DO NASCIMENTO DO BEBÊ”.

Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do(a) Nobre Vereador(a) Antonivaldo Rios Gomes - Kascata, que pretende instituir o Programa “Mãe de Primeira Viagem”, assegurando às gestantes e seus acompanhantes o acesso a consulta com Pediatra e orientações prévias antes do nascimento do bebê.

A realização do pré-natal representa papel importante na prevenção e na detecção precoce de patologias tanto maternas como fetais, que permite um desenvolvimento saudável do bebê e contribui na redução dos riscos da gestante.

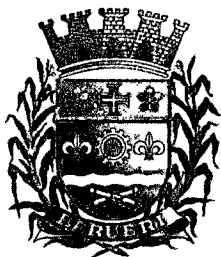
Assim, criar outros mecanismos que contribuam e que tenham relação com o pré-natal, voltados a assegurar a saúde da mãe e dos bebês interessa à saúde



CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

02-SET-2025 15:33 002160 1/2





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

pública local, e representa a intenção e dever da Administração Pública Municipal em zelar e cuidar da saúde, conforme preceitos da Lei orgânica do Município - LOMB. Veja-se:

Art. 15. Ao Município compete, concorrentemente com o Estado:

I - zelar pela saúde, higiene e segurança pública;

Art. 16. Ao Município de Barueri compete, em comum com a União e o Estado de São Paulo:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Ademais, criar políticas públicas desta natureza constituem competências do município, que deverão manter, em cooperação com a União e o Estado serviços de saúde pública, higiene e saneamento a serem prestados à população, bem como assegurar o direito à saúde, conforme artigo 140 da LOMB.

Portanto, a presente propositura, que pretende instituir o Programa "Mãe de Primeira Viagem", voltado a orientar os genitores e respectivos bebês, refere-se a matéria legislativa típica das competências legislativas do Município e, sendo assim, de nítido interesse local.

Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso I, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

Fis. Nº 06
Proc. Nº 14712025





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude (artigo 50, § 12, do RI);
- c) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- d) Quórum: maioria simples dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- e) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI);

Fls. Nº	07
Proc. Nº	1712/2025

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.


LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-geral da Câmara
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria Diretoria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, **DÁ-SE POR CIENTE** dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA SILVA
Assessor da Secretaria Diretoria-geral

